

Verba para saúde gera rebeldia em São Paulo

SÃO PAULO — O governo do estado anunciou ontem que não vai mais aceitar os limites impostos pelo Inamps ao faturamento ambulatorial do sistema de saúde. A decisão de desobedecer a determinação imposta pelo governo federal possibilita que, a partir de agora, as prefeituras que se sentirem lesadas pela insuficiência de repasses do Inamps ao setor de Saúde entrem com ações na Justiça contra a União. Os cortes totalizaram Cr\$ 3,3 trilhões até maio, com previsão de mais Cr\$ 690 bilhões de prejuízo para os municípios em junho.

“Não vamos aceitar mais a missão de sermos os responsáveis pelos cortes”, rebela-se Vicente Amato Neto, secretário estadual da

Saúde. “É inaceitável que o maior centro médico da América Latina esteja sendo intensamente desestruturado pelo governo federal”, lamenta o secretário. Para ele, o estado vem sendo discriminado pelo governo federal, que reajusta as verbas do Inamps destinadas a São Paulo abaixo das dos demais estados. “São Paulo é responsável por 44% do orçamento da Previdência, mas recebe de volta apenas 19%”, reclama Amato.

Dados da Secretaria de Saúde mostram que de 1987 a 1992 a arrecadação do estado de São Paulo para a Previdência aumentou 55%, enquanto os repasses da Previdência para o estado diminuíram em 11%.